

**PROCESSOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO:
ALGUMAS REFLEXÕES INICIAIS SOBRE O CASO DA CAPOEIRA ENTRE O
NACIONAL E O GLOBAL**

Gabriel da Silva Vidal Cid¹
Maurício Barros de Castro²

RESUMO: Neste trabalho discutimos o processo de patrimonialização da capoeira no contexto da ampliação das ações de proteção do patrimônio cultural da segunda metade do século XX até a primeira década do século XXI. Esta ampliação trouxe novos confrontamentos para as políticas no âmbito da cultura, na medida que estas buscaram o registro e reconhecimento da importância cultural de tradições e práticas de segmentos da sociedade até então sub-representados nas listas de patrimônios nacionais. Procuramos apontar para algumas características da capoeira e das políticas em cultura às quais está sujeita em nível nacional e internacional. Busca-se dialogar, ainda que de forma inicial e centrada nas últimas décadas, com as ações da UNESCO e com a tradição de preservação do patrimônio cultural no Brasil, no que diz respeito à prática da capoeira.

PALAVRAS-CHAVE: capoeira - patrimônio cultural - internacionalização

Apresentação do problema

De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), no segundo semestre deste ano de 2013, a Convenção da UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação e a Cultura, avaliará um pedido de inclusão da capoeira na Lista Representativa do Patrimônio Imaterial da Humanidade³. Uma avaliação como esta aponta para algumas questões novas na história desta prática que já foi duramente reprimida durante o século XIX e em 2008 foi reconhecida como patrimônio cultural imaterial do Brasil.

Os processos de patrimonialização de bens com caráter nacional têm origem num momento de afirmação dos Estados Nação ao final do século XVIII, e ao longo do XIX e início do XX tornaram-se políticas extremamente relacionados às ações que buscavam a definição de nacionalidades (Choay, 2001, 2011). Poderíamos entender estas ações no interior do processo de definição do que Anderson (2008) chamou de "Comunidades Imaginadas", e que Hobsbawn (1984) propôs, no campo político da memória, chamarmos de "tradições

¹ Doutorando no Instituto de Estudos Sociais e Políticos, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ), bolsista Capes; Professor Substituto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Departamento de Ciências Sociais. email: gabrielsvcid@gmail.com

² Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP). Professor em regime de pós-doutoramento no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPCIS/UERJ) e pesquisador da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo a Pesquisa no Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). email: barrosdecastro@yahoo.com.br

³<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=16463&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>, acesso em 02/07/2013.

inventadas”. Estas estão invariavelmente em consonância com uma perspectiva de nação que nas últimas décadas sofreu algumas transformações, nas quais o campo das políticas públicas em cultura e, em especial da memória, não poderiam passar incólumes.

Na segunda metade do século XX, podemos perceber o surgimento de práticas preservacionistas de novo tipo, com destaque para o que se convencionou chamar de imaterial ou intangível, que remetem a identidades para além do que se tinha tradicionalmente como nacional. Assim como a Unesco, principal organismo internacional com atuação no campo da cultura, no Brasil as ações preservacionistas foram marcadas pelo que alguns autores denominaram de “guinada subjetiva” (Sarlo, 2007), em que novos atores e vínculos identitários múltiplos vão demandar a definição de novas agendas.

A prática da capoeira ao longo do século XX já aponta para limites existentes na ideia de identidade nacional, que trouxe demandas ao processo de registro, ocorrido em 2008, e demonstrou seu reconhecimento enquanto um exemplo da pertinência de políticas culturais que precisam dialogar com especificidades de práticas com identidades múltiplas.

Este trabalho se insere nas atividades do projeto de pesquisa *Museu AfroDigital : Rio de Janeiro* coordenado pelas professoras Myrian Sepúlveda dos Santos (IFCH/UERJ) e Maria Alice Rezende Gonçalves (EDU/UERJ), na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Neste projeto buscamos disponibilizar na rede mundial de computadores – internet – arquivos e exposições em formato digital sobre a temática da memória afro-brasileira. Mantemos neste portal o arquivo digital *Memórias da Capoeira*⁴, numa perspectiva de ampliar o acesso a diversos tipos de documentos sobre a capoeira – jornais, revistas, músicas, processos-crime – e também contribuir para a criação de um “centro de memória da capoeira”, sendo este um dos pontos de salvaguarda contido no processo de registro da capoeira como patrimônio imaterial do Brasil. Da mesma forma damos continuidade a esforços anteriores, no qual vimos buscando compreender os processos pelos quais a capoeira vem se estabelecendo (Castro, 2009 e 2010) e Cid (2004, 2010 e 2012).

Patrimônios culturais entre o nacionalismo e a internacionalização;

Segundo Choay (2001) a institucionalização das práticas de preservação tem início na França no momento logo após a primeira onda revolucionária de 1789, quando ações interpretadas como de vandalismo chamaram a atenção para a necessidade de políticas voltadas para a guarda de bens com determinadas características. Essas características

⁴ <http://museuafrodigitalrio.org/s2/?work=1246>, acesso em 05/07/2013.

estavam relacionadas a valores atribuídos por questões estéticas ou históricas. Da mesma forma as razões para a preservação destes bens variavam desde a percepção da necessidade de guarda para as futuras gerações à manutenção de bens com alto valor econômico sob o domínio do Estado. Entende-se que este processo também relaciona-se com questões mais gerais como organização e profissionalização de um corpo burocrático do Estado, especialização de determinados profissionais ligados ao campo das artes e restauração, e insere-se na definição de uma identidade nacional baseada em processos históricos compartilhados por seus membros. Nos interessa fixar-nos no fato de que a definição do conjunto de bens que fala sobre uma identidade está imerso num projeto de nacionalidade e que passa por processos pedagógicos de definição de uma memória coletiva única.

A articulação de bens como patrimônios culturais passa por processos de internalização de um passado compartilhado e na ideia de experiência de um tempo comum. Da mesma forma, é importante atentarmos que esta dinâmica de fortalecimento de um quadro burocrático - capaz de selecionar e organizar o conjunto de bens operados como patrimônio da nação - está relacionada à internalização de práticas que visam o alargamento de um processo de civilização no mundo ocidental, como descrito por Norbert Elias em *O processo civilizador*⁵.

Percebemos que patrimônio cultural possui duplo caráter, pois remete tanto à nacionalidade, quanto à imersão no processo de civilização pelo qual experimenta o ocidente, na medida em que as ações preservacionistas destes bens adjetivados de culturais estão numa relação direta a processos mais amplos na definição dos modernos estados nacionais. Em nosso entendimento há aqui um caminho de valorização simultâneo do Estado nacional e do sentimento de pertencimento à civilização, localizada no que se chama de ocidente.

O termo patrimônio relaciona-se com o que se conhece como herança e pode estar vinculado a adjetivos variados como genético, natural ou bancário. De modo geral, em seu sentido histórico está muito próximo do que se denomina monumento ou monumento histórico⁶. A partir da leitura de Choay (2001) acerca do início das práticas de preservação,

⁵ Elias promove uma ampliação no debate sobre civilização ao trazê-la como um fenômeno do ocidente, uma expressão de “consciência que o Ocidente tem de si mesmo” (Elias, 1994:23). Civilização assume um conjunto de técnicas, hábitos, maneiras de agir próprios de um desenvolvimento no ocidente. Entretanto importante colocar que ele não vê um processo concluído, mas algo em construção que vem sendo posto em relação a outros fenômenos.

⁶ Há uma diferença conceitual entre “monumento” e “monumento histórico”, diferenciados no século XIX por Aloís Riegl. Choay, tendo Riegl como referência, trata “monumento” como tendo uma função identificatória, que dada sua materialidade intensifica sua “função simbólica da linguagem”. “Monumento” caracteriza-se também como sendo comum a todas as sociedades. Já “monumento histórico” surge na Europa ocidental do século XV, e seriam os monumentos intencionais, arquitetônicos. Ressalta-se que ele não é construído para ser um monumento histórico, mas é identificado dessa maneira por escolhas em função de valores históricos (Choay,

percebemos que naquele momento a preocupação em manter-se determinados bens revelavam específica perspectiva de passado.

O termo patrimônio cultural foi definido, no Brasil, desde o Decreto-Lei 25 de 1937, que institui as práticas de preservação. Neste, as práticas brasileiras são similares às francesas, no que toca a centralidade do papel do Estado e do uso do *classement*, como instrumento de preservação, que no Brasil de forma aproximada ficou denominado de “tombamento”. O tombamento foi, ao longo do século XX, o principal instrumento da política de preservação do patrimônio cultural brasileiro. É somente com o Decreto-lei 3.551/2000 que é instituída a possibilidade do registro para os casos de bens de natureza imaterial. Este novo instrumento possui algumas características que o diferenciam do anterior, pois entende o bem, diferentemente do tombamento, em seu caráter dinâmico, ou seja, inserido em seus contextos de transformação e produção de significados. É criado também com este Decreto o *Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC* e o *Programa Nacional do Patrimônio Imaterial*. Importante colocar que estas transformações na concepção do patrimônio cultural no Brasil vem ocorrendo em consonância com discussões realizadas no plano internacional. O Brasil se posiciona, em alguns momentos, na vanguarda desta ação.

Numa perspectiva transdisciplinar⁷, autores como Foucault e Derridá, na segunda metade do século XX, deram importante contribuição metodológica, no sentido de diminuir a distância entre a história, enquanto disciplina científica, e a memória. Pois nos mostraram como aquela também se faz a partir de questões morais e políticas, trazendo a memória a um novo patamar. Uma vez que a dita “neutralidade” científica foi reavaliada, a memória ressurgiu como importante forma de contribuição na busca do entendimento da sociedade, dentro da já citada “guinada subjetiva”. Novos objetos de pesquisa passam a ser valorizados. Estudos sobre memória e história oral ganham impulso. Sujeitos e grupos até então tratados de forma marginal nas agendas das políticas culturais passam a representar o centro de gravidade de olhares que buscavam também novas possibilidades narrativas do espaço social.

Tais perspectivas trouxeram novas mudanças na dimensão da cultura, trazendo novas implicações ao diálogo dos intelectuais com as comunidades tradicionais. E o Estado brasileiro mudou, também, sua forma de entendimento de patrimônio, na medida em que nas novas concepções de política em cultura ampliou-se a participação de novos sujeitos, onde também passa-se a enxergar os produtos, bens e serviços culturais numa dinâmica de dupla

2011:11-13).

⁷ Santos (2013) define transdisciplinaridade como característico a pesquisas que “procuram transcender as perspectivas disciplinares anteriores mediante a conceituação de novos objetos, concepções e métodos”.

dimensão, econômica e simbólica.

Gonçalves (2007) afirma que as políticas voltadas para os patrimônios culturais se orientam segundo a produção de identidades nacionais ou étnicas, assim reconhecidas por manterem vínculos com o passado grupal. Entretanto foi somente com a ampliação do termo, a partir da segunda Guerra Mundial, ainda que numa dinâmica muito lenta, que processos e práticas culturais passaram a ser entendidos como passíveis de patrimonialização. Destaca Sant’anna (2003) que tal construção não partiu de discussões europeias ou ocidentais, mas de países asiáticos ou do chamado Terceiro Mundo à época, na medida em que estes países possuíam enorme quantidade de expressões de sua cultura que não cabiam ao antigo conceito de patrimônio cultural, assim como de sua relação com o meio ambiente. A qualificação de Patrimônio Imaterial surge em oposição ao correlato “pedra e cal”.

A compreensão de que a perspectiva tradicional não dava conta de todas as possibilidades de entendimento sobre o patrimônio cultural levou à busca de novas legislações e novos conceitos para o tratamento dos patrimônios culturais de cada nação. Esse novo foco possibilitou a criação, inclusive, da ideia de patrimônios culturais da humanidade, o que demonstrou certamente a mudança de perspectiva, na medida em que monumentos históricos e seus correlatos patrimônios culturais remetiam, grosso modo, aos estados nacionais. É a partir da Convenção do Patrimônio Mundial e Cultural da UNESCO, em 1972, que o mundo ocidental busca a ampliação da concepção de patrimônio cultural, promovendo a pesquisa e criação de instrumentos de proteção às manifestações populares (Sant’anna, 2003). A *Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular*, aprovada pela Conferência Geral da UNESCO, em 1989, indicou a necessidade dos países preocuparem-se com as manifestações de caráter popular.

Castro e Fonseca (2008), em levantamento das legislações existentes no Brasil para a salvaguarda do patrimônio imaterial, afirmam que o caminho percorrido na construção destas legislações acompanhou as definições da UNESCO, com forte teor antropológico no entendimento do conceito de cultura, abarcando potencialmente a diversidade de grupos constituintes da nação.

É certo que com a ampliação do conceito de patrimônio, o entendimento do lugar de memória (Nora, 1993) também amplia-se e complexifica-se no conjunto das estruturas de formação das memórias nacionais. Percebe-se que nesta dinâmica os grandes espaços portadores das memórias, como os museus, começam a ter que dividir com outras instituições o título de guardião da memória, ou das diferentes “memórias”. Tal fato baseia-se na constituição de uma sociedade extremamente diversificada cultural e materialmente, impondo

à reflexão um olhar atento aos diferentes mecanismos de produção e guarda da memória contidos em nossa contemporaneidade. Nesta concepção uma sociedade terá uma variedade de “memórias” que dependerá, na mesma medida, de suas capacidades narrativas. Tal fato explicita o jogo de poder existente na configuração e manutenção da memória.

Como destacamos anteriormente, na segunda metade do século XX, o conceito de cultura ampliou-se trazendo novas implicações metodológicas ao campo da preservação cultural. Sobretudo a UNESCO vinha propondo políticas de preservação, considerando as nações como multiculturais, ampliando seu peso, a partir de uma série de instrumentos normativos, documentos de referência internacional e tratados multilaterais (Domingues, 2008). Desde 1966, quando da 14ª Conferência Geral, foi aprovada a *Declaração sobre os princípios da Cooperação Cultural Internacional*, já trabalhando com a noção de cultura em seu sentido mais amplo. A partir de então, uma série de conferências foram realizadas no sentido de estabelecer uma agenda onde a cultura aparece como essencial no desenvolvimento das nações. Vale destacar: *Conferência Intergovernamental sobre os Aspectos Institucionais, Administrativos e Financeiros das políticas Culturais* (Veneza, 1970); *Conferência Intergovernamental sobre as Políticas Culturais na Europa* (Helsinki, 1972); *Conferência Intergovernamental sobre as Políticas Culturais na Ásia* (Indonésia, 1973); *Conferência Intergovernamental sobre as Políticas Culturais na África* (ACCRA, 1975); *Conferência Intergovernamental sobre as Políticas Culturais na América Latina e Caribe* (Bogotá, 1978).

Como consequência destas conferências temos, entre os anos de 1988 e 1997, o *Decênio Mundial para o Desenvolvimento Cultural*, onde foi desenvolvida uma agenda visando um aumento da participação cultural, estabelecendo que a participação na vida cultural é um direito de todos os sujeitos, estando os governos na responsabilidade de garantia deste direito, além de maior cooperação internacional no campo da cultura. Como resultado, o relatório, produzido em 1997, apontou recomendações para o desenvolvimento das políticas em cultura. A Conferência de 1998, em Estocolmo, confirmou os encaminhamentos do relatório do *Decênio*. Destaca-se que em 2001, na 33ª Conferência Geral, a UNESCO aprovou a *Convenção Sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais*, estabelecendo um anteparo legal de salvaguarda..

Nesta dinâmica de ampliação do escopo de objetos, somado à crescente valorização do conceito antropológico de cultura, grupos sociais começaram a requerer sua participação nas políticas em cultura e, por que não, nas listas de bens representativos dos patrimônios culturais das nações.

Capoeira entre a internacionalização e símbolo nacional

A memória da capoeira, seja com seus mitos de origem, nas histórias narradas no dia a dia das academias e rodas ou com as pesquisas históricas realizadas nas últimas décadas, aponta para uma complexa determinação de um evento fundador. A fala mais aceita hoje afirma que a capoeira surge no Brasil a partir de práticas diversas trazidas por africanos escravizados. Da mesma forma, a dinâmica histórica do Brasil, em diálogo com a África numa relação de trocas de mercadorias, transferência populacional ou trocas culturais, seja compulsória ou não, já coloca uma dificuldade em localizarmos limites identitários de nossas práticas e instituições. A capoeira surge ou se consolida neste espaço de confluência onde diversos elementos culturais se colocaram em diálogo.

Em seus mitos fundacionais a capoeira sempre esteve articulada a uma perspectiva de contribuições das mais diversas. A partir da década de 1970, e mais fortemente nas décadas seguintes, diversos mestres de capoeira começam a se estabelecer no exterior, principalmente nos Estados Unidos e em países diversos da Europa.

O marco da vontade política do governo brasileiro de mostrar à comunidade internacional o interesse em reconhecer a capoeira como patrimônio do Brasil aconteceu em 19 de agosto de 2004, quando o ministro da cultura, Gilberto Gil, levou a Genebra, na Suíça, 15 capoeiristas brasileiros e estrangeiros para homenagear o embaixador Sérgio Vieira de Mello, morto exatamente um ano antes no atentado terrorista em Bagdá, capital do Iraque. “O ministro brasileiro foi à sede europeia da ONU a convite do secretário-geral Kofi Annan e, no evento, lançou as bases de um *Programa Brasileiro e Internacional para a Capoeira*”. Gil cantou músicas do seu show Eletroacústico e, ao final da apresentação:

“(…) foi chamando, um a um, seus convidados especiais. Primeiro, vieram ao centro do palco dois grandes mestres da capoeira de Angola da Bahia: Moraes e Curió, senhores de quase 60 anos, cabelos prateados, dignidade no andar, no olhar, no falar. Entraram entoando velhos lamentos ao som único dos berimbaus. Um momento de arrepiar: estava formada a mandala planetária da capoeira”.⁸

A ideia era formar “uma Roda Internacional de Capoeira pela Paz”. Gil também convidou capoeiristas estrangeiros, a “loiríssima belga Deborah Hamerlunck, mais conhecida como Abelha” e o “japonês Yuji Suzuki, o Katana, com muita agilidade no jogar e muito amor pelas coisas do Brasil”⁹. Mais do que homenagem e confraternização, este encontro mostrou que o setor de cultura começou a perceber a infiltração mundial e o mercado global que a capoeira alcançou. Em seu discurso, o ministro afirmou:

"Atualmente, a capoeira é praticada em mais de 150 países. Nas Américas, no Japão, na China, em Israel, na Coreia, na Austrália, na África e em praticamente toda a Europa. A capoeira disseminou-se pelo mundo com entusiasmo. Mesmo sem falar português, um chinês, um árabe, um judeu ou um americano podem repetir o compasso da mesma música, a arte do mesmo passo e a ginga do mesmo toque. A diáspora da capoeira no mundo é uma realidade que já conta com o aval de instituições educacionais como o Unicef, que referenda trabalhos de iniciativas dos capoeiristas brasileiros em vários países" (Turiba, 2004).

A fala de Gilberto Gil mapeou o impacto da capoeira no cenário internacional e revelou o apoio de instituições em outros países, o que o fez se referir também a uma "diáspora da capoeira pelo mundo". O deslocamento de capoeiristas para várias cidades estrangeiras faz com que lhes seja atribuído um processo de diáspora, mas as relações entre a cultura negra e o termo que tem origem na perseguição judaica são mais profundas e merecem uma análise mais demorada. Entender as circunstâncias que motivaram os deslocamentos é fundamental para se explicar as dificuldades históricas enfrentadas.

Como se tocasse nos dilemas encontrados na história de vida dos mestres de capoeira que se aventuram pelo mundo, Gilberto Gil colocou o problema que permanece: "Têm sido assim as voltas dos capoeiras. Diante dos obstáculos, rodopiam e conseguem, com o gesto rápido, a arte da esquivas e a malícia do golpe não finalizado, girar a roda da vida e do destino" (Gil, 2004).

Entendendo os capoeiristas inseridos em processos contínuos de re-significação de sua prática, sua experiência noutros territórios exigiu adaptações e, criando novas leituras das tradições, mas a partir determinados códigos específicos. Muito do sucesso da capoeira no exterior também se explica devido à identificação com sua história de migrações, ao formular identidades que engendram as questões étnicas e nacionais, abrangendo os descaminhos que vão do local ao global, incorporando uma ponte com práticas ancestrais africanas difundidas nas grandes travessias atlânticas (Castro, 2010). A acolhida da capoeira nas metrópoles mundiais estaria ligada a sua capacidade de fazer parte não apenas da identidade de brasileiros e afrodescendentes, mas também daqueles que se identificavam com os deslocamentos migratórios que se intensificaram com a modernidade.

A idade moderna, apesar do nome, já ultrapassa os séculos, iniciada com as trocas comerciais entre ocidente e oriente que se intensificaram no Renascimento. Seriam aqueles os primórdios da globalização? Renato Ortiz (2000) ponderou que: "Se entendermos por globalização da tecnologia e da economia a internacionalização das trocas, de produtos e de conhecimento, evidentemente não estamos diante de um fato original". Ortiz definiu a globalização como um conceito que se aplica "à produção, distribuição e consumo de bens e

serviços, organizados a partir de uma estratégia mundial, e voltada para um mercado mundial” (Ortiz, 2000:10). Portanto, há diferenças conceituais entre a internacionalização e a globalização. Esta última corresponde à diluição e superação das fronteiras nacionais através das mídias, enquanto que a outra ainda esbarra nos limites dos territórios. A mundialização, por sua vez, diz respeito ao movimento das manifestações culturais, cuja “esfera” não se move pela mesma lógica da economia. Por isso Ortiz afirmou que:

“Os economistas podem inclusive mensurar a dinâmica desta ordem globalizada por meio de indicadores variados: as trocas e os investimentos internacionais. A esfera cultural não pode ser considerada da mesma maneira. Uma cultura mundializada não implica o aniquilamento das outras manifestações culturais, ela coabita e se alimenta delas.” (Ortiz, 2000:27)

Percebemos que no Brasil, as políticas preservacionistas, desde os anos 1930, não acontecem descoladas dos organismos internacionais, sobretudo, a partir dos anos 1960. O recente processo de patrimonialização da capoeira aponta para uma questão mais geral no plano da elaboração de demanda de direitos vinculados aos processos históricos e sociais definidores de identidades construídas a partir de categorias étnicas, processos estes muito relacionados ao reconhecimento da sociedade brasileira como constituinte de um caráter multiétnico. Em especial, a capoeira foi relacionada a todo um processo que a vincula às práticas de origem negra. Entretanto, há de se reconhecer que neste processo a capoeira foi também tratada como símbolo de uma identidade nacional. A possibilidade de colocar-se no âmbito internacional, mas como símbolo de uma nacionalidade, remete à complexidade mesma da prática discutida, na medida em que seu passado, seus mitos de origem, a permitem oscilar como elemento nascido no Brasil, mas tendo vindo da África.

Como exemplo, durante o processo de registro da capoeira ocorreu de um reconhecido mestre discordar do registro, na medida em que desejava que a capoeira fosse registrada como “patrimônio cultural imaterial afro-brasileiro”, ainda que não existisse um instrumento com tal prerrogativa (Cid, 2012). Este fato é revelador da complexidade dos processos de patrimonialização e da variedade de identificações e percepções possíveis que a capoeira pode ter. Da mesma forma, chama a atenção para uma possível necessidade de criação de instrumentos que estejam além das fronteiras das identidades nacionais. Aqui a capoeira, ao mesmo tempo, marca e é marcada por uma discussão que extrapola sua prática. Os debates em torno do lugar ocupado pela identidade afro-brasileira se colocam como argumentos importantes de se considerar na construção de políticas voltadas para o reconhecimento de práticas identificadas a esta parcela da população. Ela traz à superfície limites dos

instrumentos dados às políticas no âmbito do patrimônio. O que mostra que é importante pensarmos nas redes de interdependências que configuram determinadas sensibilidades, as quais vão propor dilemas às políticas públicas. Dilemas que impactam as práticas culturais às quais as políticas se colocam a serviço.

O estudo do processo de patrimonialização da capoeira trouxe novas questões para o lugar das múltiplas identidades no interior da prática, e que talvez possa ser extrapolado a outras manifestações populares afrodescendentes. Na medida em que estas práticas há décadas vêm sendo apropriadas em discursos legitimadores da identidade nacional e afro-brasileira simultaneamente, o impacto dos processos de registro deve ser sempre pensado e reavaliado.

O resultado da patrimonialização da capoeira deve ser mais bem avaliado, por tratar-se de um processo em andamento¹⁰. O exposto aqui nos revelou que a formação das identidades está em relação constante com os resultados das novas políticas de patrimonialização, uma correlação que acontece nos níveis nacional e internacional. A complexidade se mostra quando percebemos que a formação da identidade nacional não pode mais ser vista como singular e estanque, de modo que vem sendo percebida como múltipla e retomada por novos atores de formas variadas, os quais vêm se apropriando da cultura, a positivando, em busca de políticas de reparação e reconhecimento¹¹.

A discussão realizada trata de um fenômeno em andamento. As políticas públicas voltadas para a capoeira no âmbito da cultura vem acontecendo com avanços e recuos. Neste sentido, entendemos que a discussão aqui iniciada deve se aprofundar ainda no caminho de busca de dados mais empíricos sobre como estas políticas que estão sendo postas em prática. Outro caminho é também ampliar a discussão aproximando a capoeira à ideia de identidade diaspórica (Gilroy, 2001, Hall, 2003), recolocando o debate sobre a identidade nacional e o lugar da cultura afro-brasileira na modernidade global.

Entendemos que a abordagem proposta, de analisar algumas das políticas em cultura que incidem no campo do patrimônio cultural afro-brasileiro, pode contribuir na busca de mecanismos de atualização da memória da diáspora, no atual contexto da ampliação das ações no âmbito da cultura, ocorrida na primeira década do século XXI. Assim, percebemos que as

¹⁰ Especificamente para a capoeira o Ministério da Cultura pôs em prática alguns editais específicos: *Programa Capoeira Viva* (2006 e 2007), *Inventário para o Registro e Salvaguarda da Capoeira como Patrimônio Imaterial do Brasil* (2008), o *Programa Nacional de Salvaguarda e Incentivo à Capoeira – Pró-Capoeira* (2010). O último, que teve início a partir do processo de registro, após uma pausa, foi retomado nos últimos meses.

¹¹ Nancy Fraser estabelece uma distinção entre as políticas voltadas para o reconhecimento e redistribuição, posto que nem sempre ocorrem num mesmo sentido. As colocações desta autora não são unanimidade no campo das políticas sociais, ver FRASER E HONNETH (2003).

estruturas dinâmicas de produção de significados, nas quais inserem-se os processos de constituição dos objetos passíveis das políticas públicas para o patrimônio, estão sempre a inserir as práticas culturais em novos espaços sociais, desestabilizando as tentativas de formular identidades nacionais e diaspóricas fixas.

Referências Bibliográficas:

ABREU, Frede, CASTRO, Mauricio Barros de. *Capoeira*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2009.

ANDERSON, Benedict, *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*, São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

CASTRO, Maria Laura Viveiros de, FONSECA, Maria Cecília Londres, *Patrimônio imaterial no Brasil*, Brasília, UNESCO, Educarte, 2008.

CASTRO, Maurício Barros de. *Mestre João Grande: na roda do mundo*. Rio de Janeiro: Editora Garamond/Biblioteca Nacional, 2010.

CHOAY, Fraçoise, *A alegoria do patrimônio*, São Paulo, ed. ENESP, 2001.

CHOAY, Fraçoise, *O patrimônio em questão : antologia para um debate*, Belo Horizonte, ed. Fino Traço, 2011.

CID, Gabriel da Silva Vidal, *As modernidades e a capoeira : conflitos entre o encanto e o desencanto*, Monografia de conclusão de curso de História, Rio de Janeiro, CCH/UNIRIO, 2004.

CID, Gabriel da Silva Vidal, *O registro da capoeira como patrimônio cultural do Brasil : um estudo de caso das políticas recentes de preservação do IPHAN*, Monografia de conclusão de curso de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, IFCH/UERJ, 2010.

CID, Gabriel da Silva Vidal, *A capoeira como patrimônio cultural : na roda da memória quem inscreve identidades?*, In. SANSONE, Lívio (org.), *A política do intangível*, Salvador, Ed. UFBA, 2012.

DOMINGUES, João Luiz Pereira, *Programa Cultura Viva : políticas culturais para a emancipação das classes populares*, Dissertação, PPFH/UERJ, Rio de Janeiro, mimeo, 2008.

ELIAS, Norbert, *O processo civilizador vol. 1*, Rio de Janeiro, ed. Jorge Zahar, 1994.

FRASER, N. & HONNETH, A. *Redistribution or Recognition : a PoliticalPhilosophical Exchange*, London : Verso, 2003.

GIL, Gilberto. Brasil, paz no mundo. <http://www2.cultura.gov.br>, acesso em 05/07/2013.

GILROY, Paul, *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*, São Paulo, ed. 34, 2001.

GONÇALVES, José Reginaldo, *Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais*, In. _____, *Antropologia dos Objetos : coleções museus e patrimônios*, Rio de Janeiro, MInc, IPHAN, Departamento de Museus e Centro Culturais, 2007.

HALL, Stuart, *Da diáspora : identidades e mediações culturais*, org. Liv Sovik, Belo

Horizonte, Ed. UFMG, 2003.

HOBBSAWM, Eric, “*Introdução*”, In: HOBBSAWM, Eric, RANGER, Terence, *A invenção das tradições*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

ORTIZ, Renato, *Mundialização e cultura*, São Paulo, ed. Brasiliense, 2000.

SANT’ANNA, Márcia, *A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização*, In. ABREU, Regina, CHAGAS, Mário (orgs.), *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*, Rio de Janeiro, ed. DP&A, 2003.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos, *Integração e diferença em encontros disciplinares*. In. SANTOS, Myrian Sepúlveda dos, *Memória Coletiva e Identidade Nacional*, (no prelo), 2013.

SARLO, Beatriz, *Tempo passado : cultura da memória e guinada subjetiva*, São Paulo, Ed. Companhia das Letras, Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2007.

TURIBA, Luís. *Um “do-in” planetário*. <http://www2.cultura.gov.br/site/2004/08/19/um-do-in-planetario-por-luis-turiba/>, acesso em 05/07/2013.